

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 16 DE**
3 **NOVEMBRO DE 2017, ÀS 08 HORAS E TRINTA MINUTOS, NO MUSEU DE**
4 **ARTE MURILO MENDES.**

5 Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e
6 trinta minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius
8 David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Eduardo Antônio
9 Salomão Condé, Maria Carmen Simões Cardoso de Melo, Cassiano Caon Amorim,
10 Mônica Ribeiro de Oliveira, Marcos Souza Freitas, Liamara Scortegagna, Marina
11 Monteiro de Castro e Castro, Flávia Cavalieri Machado, Eliane Medeiros Borges,
12 Samuel Rodrigues Castro, Raquel Fallet Lawal, Ricardo de Cristofaro, Bernadete Maria
13 de Sousa, Wilhelm Passarella Freire, Altemir José Gonçalves Barbosa, Virgílio Cezar
14 da Silva e Oliveira, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Lourival
15 Batista de Oliveira Junior, André Silva Martins, Daniel Godoy Martinez, Denise
16 Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio da Silva, José Otávio do Amaral Corrêa,
17 Maria Alice Junqueira Caldas, Aline Alves Fonseca, Maria Cristina Vasconcellos
18 Furtado, Cristina Simões Bezerra, Victor Soares Lustosa, Pedro Rocha Badô, Paulo
19 Dimas de Castro, Ricardo Bonfante, Flávio Cardoso Sereno, Márcio Roberto Sá Fortes,
20 Heronides Filho, Dimas Augusto de Carvalho, Luana Nascimento Lombardi e Igor
21 Coelho, realizou-se a reunião ordinária do Egrégio Conselho Superior da Universidade
22 Federal de Juiz de Fora. Foram justificadas as ausências dos conselheiros: Milene de
23 Oliveira, Shirley Maria Policário, Aline Araújo Passos, Elton Geraldo de Oliveira Goes,
24 Eliete do Carmo Garcia Verbena Faria e Pâmela Emanuelle Julião. Havendo número
25 legal, o Senhor Presidente deu início à sessão. O Senhor Presidente, saudou a todos e
26 passou aos comunicados da presidência apresentando alguns informes, primeiramente
27 falou sobre autorização realizada pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Ministério
28 do Planejamento da criação de 1,9 mil vagas dos bancos de professor-equivalente e do
29 quadro técnico-administrativo das universidades federais. Desse total, 1,2 mil vagas são
30 para contratação de docentes e 700 para cargos técnico-administrativos. Falou sobre os
31 critérios adotados pelos quais as prioridades de atendimento atuais foram o
32 preenchimento de parte do quadro das quatro universidades mais novas, criadas em
33 2013; expansão referente aos cursos de medicina; ampliação de campus e regularização
34 de déficit de técnico-administrativos decorrentes de decisões judiciais. Salientou que
35 segundo informações do próprio Ministério eles precisariam de 4.500 vagas para
36 atender todas as demandas de professores, porém eles tiveram 1.600 vagas para
37 distribuir e então seguiram esses critérios, sem atender a cem por cento das demandas.
38 Informou que dessa distribuição final o que coube a UFJF foi um total de nove vagas de
39 professores, sendo seis vagas para o campus de Governador Valadares e três vagas para
40 o curso de medicina veterinária. Em que pese a UFJF ter realizado a pactuação de que
41 faltavam vagas para o curso de medicina veterinária e seriam necessárias vinte vagas, o
42 MEC liberou apenas três. Além disso, foram liberadas duas vagas de técnicos, uma de
43 nível E e uma de nível D, para o campus de Juiz de Fora, também para o curso de
44 medicina veterinária. Registrou que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEPE já
45 divulgou o novo cronograma de concursos e a administração pretende incluir nesses
46 concursos essas vagas destinadas pelo MEC. Finalizou revelando entender que, pela
47 gravidade do campus de Governador Valadares e do curso de medicina veterinária,
48 esses são os pontos mais críticos para serem atendidos. O segundo comunicado
49 apresentado, não obstante a UFJF já ter publicado uma nota, foi sobre uma divulgação
50 realizada em mídia nacional, na semana passada, sobre o indiciamento realizado pela

1 Polícia Federal envolvendo o ex-reitor e o ex-pró-reitor de planejamento da UFJF,
2 quanto a contratação de serviços gráficos na Universidade. Explicitou a obrigação então
3 consentida pela administração de soltar uma nota de esclarecimento após receber vários
4 questionamentos, principalmente em razão da divulgação equivocada de uma
5 informação de que a atual gestão teria realizado novos contratos com a empresa gráfica
6 objeto da investigação. Esclareceu que o contrato em investigação dos serviços gráficos
7 foi interrompido em razão das investigações em curso, que incluiu o cumprimento de
8 mandado de busca e apreensão da Polícia Federal na instituição, em outubro do ano
9 passado. Informou que desde dezembro de 2016, a UFJF não possui contrato com a
10 empresa investigada. Relatou que a previsão inicial era de vigência do contrato entre 06
11 de dezembro de 2012 a 05 de dezembro de 2013, com possibilidade de prorrogações até
12 05 de dezembro de 2017, sendo o último termo aditivo assinado em 05/12/2015, pelo
13 então reitor em exercício, com vigência de 06/12/2015 a 05/12/2016. Para garantir os
14 serviços gráficos, a UFJF conduziu, este ano, sete processos licitatórios, por meio do
15 Sistema de Registro de Preço, visando possibilitar maior concorrência, evitar a
16 centralização das despesas em uma única empresa e alcançar maior economicidade, e ao
17 todo, cinco empresas distintas venceram as concorrências. Afirmou que a empresa
18 Gráfica Brasil, então investigada, não venceu nenhuma das licitações, inexistindo
19 contrato em vigor da UFJF com a empresa. Revelou ainda que não foi recebida
20 nenhuma notificação, nenhum documento do Ministério Público sobre o ocorrido e que
21 quando do recebimento, as apurações administrativas também irão ocorrer
22 independentemente de qualquer apuração na esfera civil ou criminal. Em seguida,
23 pontuou sobre as reuniões ocorridas com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores
24 Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no
25 Município de Juiz de Fora – MG – SINTUFEJUF, esclarecendo questões sobre reunião
26 com o comando de greve programado para o final do dia, asseverando que a reitoria
27 está administrando a situação de funcionamento da universidade, respeitando os
28 motivos que embasaram a greve, deflagrada em função da grave crise nacional e à
29 ameaça que as universidades vêm sofrendo. Salientou que o diálogo está mantido e que
30 houve avanços no diálogo estabelecido com o sindicato. Dando continuidade aos
31 comunicados, o Presidente repassou o cronograma das reuniões do Consu e informou
32 sobre a necessidade de outra reunião extraordinária no dia trinta de novembro do ano de
33 dois mil e dezessete, para julgar recurso interposto em função de um processo
34 administrativo disciplinar - PAD. Ressaltou a necessidade de discussão e decisão do
35 Conselho, ainda nesta reunião, sobre a proposta de regulamentação de matrícula nos
36 cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, elaborada pela comissão
37 constituída pela Resolução Consu nº 28/2017. Apresentou ainda o pré-agendamento da
38 reunião ordinária do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, provavelmente no
39 dia cinco de dezembro do ano de dois mil e dezessete. Solicitou aos conselheiros que
40 apanhassem o material para a reunião extraordinária do dia trinta de novembro do ano
41 de dois mil e dezessete ao final desta sessão, em razão da matéria e procedimentos
42 inerentes a deliberação do processo administrativo disciplinar - PAD. A Conselheira
43 Maria Alice Junqueira Caldas solicitou a palavra e pediu que constasse em ata seu
44 questionamento sobre a distribuição de vagas, alegando que a Faculdade de Fisioterapia
45 é a menor Faculdade, menor unidade acadêmica da UFJF e não o curso de Medicina
46 Veterinária. O Presidente informou que a ampliação de vagas tem ocorrido conforme
47 critérios pactuados com o MEC. Entrando na ordem do dia, o Senhor Presidente
48 solicitou ao Conselho a inversão da pauta, iniciando com o debate sobre o projeto do
49 Centro de Integração Acadêmico para Sustentabilidade Socioambiental, proposta para a
50 fazenda de Chapéu D'Uvas, a ser apresentado pelo professor Fábio Roland. A

1 solicitação foi aprovada por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente requereu a
2 autorização para entrada do professor Fábio Roland visando sua participação na
3 apresentação daquele projeto, que foi aprovada por unanimidade. Autorizada à entrada
4 do professor, o Presidente passou à exposição do item **2.1 da pauta: Apresentação da**
5 **proposta para o Centro de Integração Acadêmica para a Sustentabilidade**
6 **Socioambiental - CSA. Expositora: Conselheira Ana Livia Coimbra.** A fim de dar
7 início à explanação da proposta, o Senhor Presidente, passou a palavra ao professor
8 Fábio Roland, para que o mesmo apresentasse o histórico da proposta, da criação, da
9 aquisição da fazenda e dos projetos que surgiram. Porém, antes de efetivamente passar a
10 palavra, o Senhor Presidente fez algumas considerações sobre a aprovação, em reunião
11 passada do Consu, da criação da Comissão com membros do Consu, junto com uma
12 Comissão que havia sido criada, ainda na gestão anterior, para pensar o funcionamento
13 do Centro. Acrescentou que o professor Fábio Roland fez parte da Comissão original e,
14 agora, participa da Comissão atual. Feitas essas considerações o Senhor Presidente
15 passou a palavra para o professor Fábio Roland, o qual saudou a todos e iniciou sua
16 apresentação apontando cinco itens que norteariam a agenda de trabalho da Comissão
17 criada pela professora Mônica Oliveira, para organizar o projeto proposto. Os itens
18 foram: Como enquadrar a Unidade Acadêmica a ser criada na Fazenda Chapéu D'Uvas,
19 na estrutura organizacional da Universidade – Formatação Administrativa – A missão
20 acadêmica – Ações imediatas de recuperação e Lógica processual. O Professor Fábio
21 Roland apresentou a Fazenda Chapéu D'Uvas, anunciando as possibilidades de acesso e
22 declarando sua viabilidade mesmo em dias de chuva. O professor asseverou que a área
23 de duzentos e vinte e oito hectares do imóvel é um dos pontos positivos para criação da
24 Unidade Acadêmica, além de outros pontos também positivos como os recursos
25 hídricos da região e a estrutura da sede da fazenda. Contudo, salientou que, embora os
26 recursos hídricos existentes no local sejam suficientes para atender a demanda da
27 Unidade por um período razoável de tempo, será necessário desenvolver projetos de
28 educação sobre os usos dos recursos naturais, a fim de garantir a disponibilidade desses
29 recursos futuramente. Esclareceu que o espaço já vem sendo usado, mas será necessária
30 a adequação do local às atividades acadêmicas. Sublinhou que as perspectivas futuras de
31 uso e aproveitamento do espaço são excelentes. Finalizada a apresentação, antes de abrir
32 a pauta para discussões, o Senhor Presidente esclareceu algumas questões
33 procedimentais, na qual revelou o entendimento da comissão criada para estudo de
34 viabilidade da criação do Centro de Integração Acadêmica para a Sustentabilidade
35 Socioambiental- CSA, de que seria inviável e prematura a criação de um órgão
36 suplementar ou uma estrutura semelhante, o que, inclusive, necessitaria ser debatida no
37 Conselho Superior. Salientou que a proposta atual é para uma implantação gradual,
38 através da criação de um núcleo com características de integração acadêmica, no âmbito
39 do Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa-CSPP, vinculado à pró-reitoria de
40 pós-graduação. Ou seja, a matéria deixaria de ser um objeto de debate no Consu para
41 sua viabilidade e passaria a ser debatido no âmbito do Conselho Setorial de Pós-
42 graduação e Pesquisa-CSPP. Ponderou que como tínhamos uma comissão constituída
43 por esse Conselho para avaliar essa proposta, era importante que essa comissão viesse
44 até o Conselho para fazer esse relato e, aí sim, em um segundo momento, ir para o
45 CSPP conduzir este tema, com a criação de um núcleo com características de integração
46 acadêmica. O Presidente informou que havia um questionamento do Tribunal de Contas
47 da União-TCU sobre um eventual superfaturamento na compra desse imóvel e que
48 então foram tomadas providências para contratação de laudo e esse excluiu a
49 possibilidade de superfaturamento. Informou que o referido laudo foi encaminhado aos
50 órgãos de controle, como Controladoria Geral da União-CGU e Tribunal de Contas da

1 União-TCU. Sobre a questão de deterioração do imóvel, relatada pelo professor Fábio
2 Roland, a administração anterior, em dois mil e quinze, havia tomado a precaução de
3 instalar um posto de vigilância vinte e quatro horas, porque entre a aquisição daquele
4 imóvel e sua ocupação o mesmo ficou abandonado ocorrendo o referido dano ao
5 patrimônio. A administração atual viabilizou, através da PROINFRA e do setor de
6 sustentabilidade, infraestrutura e mobiliário para que o espaço pudesse voltar a ter
7 alguma condição de utilização. Feitos esses esclarecimentos, o Senhor Presidente abriu
8 para perguntas e na ordem das inscrições os conselheiros prosseguiram em seus
9 questionamentos e perguntas: A conselheira Maria Carmen Simões falou sobre o valor
10 da exposição do assunto e frisou que sendo o imóvel um equipamento de atividades
11 acadêmicas inclusive da graduação seria importante, ao dar andamento a essa resolução,
12 que a documentação fosse apreciada pelo Congrad também, como forma de dar
13 conhecimento aos dois conselhos: ao Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa-
14 CSPP e, também, ao Conselho de Graduação-CONGRAD. A Conselheira Cristina
15 Bezerra parabenizou o professor Fábio Roland pela belíssima apresentação. Salientou
16 que essa foi a primeira vez que se discutiu a função pedagógica de um espaço e esse
17 tipo de discussão é de suma importância. Em seguida, questionou como estão previstas
18 a vinculação destes laboratórios ao núcleo. O professor Fábio respondeu que o projeto
19 acadêmico, que vai fazer parte do processo documental a ser apreciado pelos dois
20 Conselhos, vai ser um projeto de instalação, abrindo espaço para a inserção de projetos
21 específicos. Afirmou que a ideia é que haja um projeto global, um grande projeto
22 hospedeiro que hospede projetos, que tenham por fundamento fazer a integração
23 acadêmica. A Conselheira Cristina Bezerra argumentou que poderiam ser laboratórios
24 interdisciplinares, transdisciplinares, afirmando que as Ciências Sociais têm avançado
25 muito no estudo da agroecologia, da agricultura familiar. E um espaço como esse
26 poderia ter praticas fundamentais para as áreas sociais e sociais aplicadas. O
27 apresentador concordou afirmando que isso traduz o desejo de aproveitamento do
28 espaço. A Conselheira Mônica Oliveira pediu um aparte e salientou que a Fazenda é um
29 equipamento e que, como qualquer equipamento da Universidade, deverá ter
30 responsabilidades compartilhadas para qualquer Instituto, Faculdade ou Departamento
31 que o utilize. Destacou que no projeto deve estar previsto como se dará à utilização do
32 espaço, quais serão as responsabilidades e quais recursos poderão ser aplicados nele.
33 Por fim, frisou sobre a necessidade de, dentro do escopo político-acadêmico geral do
34 Centro, dar autonomia para qualquer área de conhecimento, qualquer projeto, qualquer
35 departamento que pretenda desenvolver alguma atividade naquele espaço. O
36 Conselheiro Eduardo Salomão Condé pediu esclarecimentos sobre os slides que fizeram
37 referência a autossustentação financeira do empreendimento, perguntando quais seriam
38 os mecanismos de financiamento. Qual seria o modelo de financiamento que tornaria
39 esse empreendimento autossustentável. O Professor Fábio disse que esse foi um ponto
40 pensado desde o início, obviamente que a princípio está cada vez mais difícil, inclusive,
41 conseguir recursos com órgãos de fomento consagrados, por exemplo, CNPQ,
42 Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
43 de Minas Gerais-Fapemig, Capes e outros. Mas que o mais importante mesmo é que
44 haja nessa integração acadêmica atração de novos investimentos “na área”, por ONGs,
45 pessoa física que apoie a proposta. Observou que, quando colocou as questões de
46 conectividade, se referiu a órgãos que trabalham com modelos de gestão operacional e
47 financeira, diferente dos órgãos de fomento acadêmicos, por exemplo, a prefeitura, o
48 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, o
49 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio e tantos outros
50 órgãos. Pontuou que o Ibama é um dos grandes fomentadores para viabilizar recursos

1 através de passivos ambientais. Na verdade, a situação é mais complicada, é “como um
2 monge passando chapéu e pedindo dinheiro” e é exatamente o que a gente tem que
3 fazer, não ficar pensando que o CNPQ vai abençoar essa fazenda e encher de dinheiro o
4 lugar, isso não vai acontecer, tem que bater na porta e ir pedindo. Acredita que o marco
5 regulatório da ciência e tecnologia e inovação possa viabilizar isso e, certamente, vai
6 viabilizar, visto que não dá para ficar esperando recursos consagrados. O Conselheiro
7 Eduardo Salomão Condé retomou a palavra e ponderou que como são várias entidades
8 envolvidas, a maioria delas ligadas ao poder público, acredita que o instrumento
9 jurídico para formalizar essas parcerias seja um termo de colaboração entre as
10 entidades. Sugeriu assim uma conversa posterior com o setor de convênios da
11 universidade, para poder inclusive acelerar esses procedimentos, averiguando se do
12 ponto de vista legal, seria termo de colaboração entre as entidades. Foi passada a
13 palavra ao Conselheiro Lourival Batista que cumprimentou a todos e registrou que uma
14 das preocupações que a Comissão teve foi quanto aos recursos, que são escassos na
15 universidade e evitar gastos adicionais. Observou também que compreende e fica tocado
16 com a necessidade de alguns gastos terem que ser acelerados em função da proteção da
17 integridade da fazenda, não só daquele prédio, mas da área que precisa ser cercada, em
18 razão da possibilidade de bois estarem indo no local e o destruindo, tendo ocorrido
19 inclusive muitas invasões nesse sentido. Acentuou que, uma das coisas potenciais
20 quando se fala da possibilidade de se autossustentar, refere-se à proposta estratégica,
21 apresentada pelo professor Roland, quanto à necessidade da água. Neste sentido, sendo
22 a região uma região estratégica, gera uma responsabilidade das prefeituras para
23 investimentos no local. Entende assim, que a cobrança precisa ser nesse sentido, porque
24 Juiz de Fora, hoje, dependente daquela região para abastecimento. Então, do ponto de
25 vista do potencial de atração, a posição estratégia que a fazenda ocupa para a definição
26 da garantia da qualidade da água, pode produzir interesse de diferentes órgãos públicos.
27 A seguir foi dada a palavra ao Conselheiro Hélio Antônio que saudou a todos indagando
28 ao expositor sobre um projeto da Faculdade de Engenharia realizado quando da compra
29 daquela fazenda. Questionou se o projeto apresentado foi para dar um destino a essa
30 área ou se ele foi bom academicamente para a UFJF, uma vez que na época escutou
31 muita crítica sobre a compra dessa fazenda. O Professor Fábio esclareceu, quanto ao
32 projeto da Faculdade de Engenharia, que o que aconteceu foi que o Professor Henrique
33 Duque, então reitor, precisou comprovar que a compra da fazenda estava inserida em
34 um projeto acadêmico para conseguir dinheiro de emenda parlamentar. Neste sentido,
35 foi realizado um projeto de recursos hídricos elaborado pelo Professor Fábio e foi
36 realizada uma solicitação ao professor André Luís Marcato para que fizesse outro
37 projeto para usar os robôs como monitoramento da barragem. Asseverou que na verdade
38 foram projetos de vitrine, para quem o então reitor iria mostrar, para conseguir a
39 emenda parlamentar, comprovando que a compra da fazenda estava inserida em um
40 projeto acadêmico. Em relação à compra, afirmou ter uma responsabilidade bastante
41 grande nessa “loucura”, porque foi uma “loucura”, uma coisa impensada. Informou que
42 uma pessoa que havia sido professor da Universidade e que é próximo de um familiar
43 do antigo proprietário o procurou e disse que a proprietária da fazenda antes de morrer
44 reuniu os herdeiros e pediu que não fosse repartida a área. Na época, esse professor
45 soube da compra do jardim botânico e o procurou. O Professor Fábio relatou, ainda,
46 que, quando soube da situação, informou ao então Reitor, Professor Henrique Duque,
47 que de início não se interessou, passando então a propor uma compra em conjunto com
48 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais-Ifet,
49 visto que uma parte do reservatório de Chapéu D’uvas está no município de Santos
50 Dumont. Após contato com o Ifet, que manifestou interesse na compra conjunta, o

1 Professor Henrique Duque resolveu viabilizar a compra pela UFJF, de forma exclusiva.
2 Consignou, ainda, que acredita ter sido, pragmaticamente dizendo, uma excelente
3 aquisição, principalmente por envolver recursos hídricos. Informou que a ideia, o sonho
4 mesmo é montar um bigode, em toda a bacia, de uns cem metros de mata atlântica, o
5 que propiciará a efetivação de uma reserva de água extremamente significativa.
6 Acredita que quem tem potencial para fazer isso é a Universidade Federal de Juiz de
7 Fora. Encerradas as inscrições, o Senhor Presidente retomou a palavra e, pelo fato de
8 não existir deliberação a ser feita nesse caso, uma vez que a posição da comissão foi de
9 remeter o debate para o CSPP e Congrad, criando o Núcleo Acadêmico, agradeceu ao
10 professor Fabio Roland e aos membros da comissão que trabalharam nessa proposta,
11 cumprimentando-o pela apresentação. Finalizando a discussão, passou para o ponto de
12 pauta seguinte. **1.1- Regimento do Hospital Universitário da Universidade Federal**
13 **de Juiz de Fora. Parecer: Conselheira Cristina Simões Bezerra.** O Conselho
14 Superior passou a deliberar sobre a minuta que dispõe sobre o regimento do Hospital
15 Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, passando o Senhor Presidente a
16 palavra a Conselheira Cristina Bezerra que saudou a todos e disse que antes de fazer a
17 leitura do seu parecer queria esclarecer como esse processo tramitou e justificar algumas
18 questões, inclusive em relação às datas do processo. Revelou que por ocasião da adesão
19 da UFJF à Ebserh, em dois mil e quatorze, foi criada, pelo Conselho Superior, uma
20 comissão de acompanhamento das atividades acadêmicas e administrativas da Ebserh
21 no HU- Hospital Universitário. Essa Comissão de acompanhamento, vinculada à
22 Universidade, seria composta pelos mesmos membros que compunha o antigo Conselho
23 Diretor do HU. Com a gestão plena da Ebserh sobre o HU, essa Comissão de
24 acompanhamento vem se reunindo mensalmente, como estabelece a resolução que a
25 criou. Lembrou que, inclusive, na reunião passada do CONSU, foi aprovada uma
26 mudança nessa resolução, atribuindo também a essa Comissão da Universidade a
27 atividade de monitorar o desenvolvimento do contrato da Ebserh com a UFJF,
28 apresentando relatório semestral ao Consu. Pontuou que a UFJF é a única universidade
29 que tem uma comissão de acompanhamento do contrato com a Ebserh. Sinaliza que isso
30 é uma questão a ser destacada e que implica em algumas sobreposições de atividades
31 que lhe pareceram estarem presentes no Regimento do HU. Esse Regimento, conforme
32 justificou, se faz necessário porque o Regimento anterior tinha como base a gestão do
33 HU pela UFJF e, agora, precisamos de um Regimento do HU tendo como base sua
34 relação com a Ebserh. Passou a leitura do seu parecer justificando as questões
35 colocadas. Antes, ponderou que essa questão do novo regimento do HU parece uma
36 situação fundamental para esta Universidade, para garantir a autonomia dessa
37 universidade sobre o seu hospital; para garantir os direitos dos trabalhadores que ainda
38 são vinculados à universidade; para garantir os projetos de extensão, pesquisa e ensino,
39 que acontecem dentro do HU. Então entende que a leitura dos conselheiros sobre esse
40 regimento e sobre o que ele propõe é muito importante. Relatou que, antes de
41 encaminhar o parecer ao Conselho, o enviou para o professor Dimas Carvalho, para que
42 fossem discutidas as possibilidades de incorporação das propostas de alterações do
43 Regimento. A comissão de acompanhamento elaborou algumas propostas de mudanças
44 e informou, também, que depois que o parecer foi socializado, dois conselheiros a
45 procuraram, visando incluir outras proposições. Em seguida, realizou a leitura de seu
46 parecer e, após todo o exposto e tendo em vista a importância do HU para toda a UFJF,
47 manifestou ser favorável à aprovação do Regimento com as sugestões propostas. A
48 seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Dimas Carvalho que
49 apresentou e justificou as alterações indicadas à parecerista. Em seguida, a Conselheira
50 Denise Barbosa pediu a palavra e informou que o seu questionamento quanto à

1 composição do Conselho Executivo do HU foi respondida, sendo assim contemplada
2 com a exposição das modificações realizadas pela parecerista. Na sequência foi dada a
3 palavra ao Conselheiro José Otávio do Amaral que informou também ter sido
4 contemplado na fala do Conselheiro Dimas Carvalho que mencionou a inclusão da
5 Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT no Regimento Interno do HU/UFJF. O
6 Conselheiro Flávio Sereno pediu a fala, saudou a todos e realizou a princípio dois
7 questionamentos, primeiramente quanto ao artigo dezoito, sobre a eleição do
8 superintendente ser realizada por consulta pública paritária e após sobre o artigo trinta e
9 sete, pelo qual haveria a não obrigatoriedade de cessão dos técnicos administrativos em
10 educação que trabalham no hospital à Ebserh. Indagações que foram respondidas pelo
11 Conselheiro Dimas Carvalho. O Conselheiro Flávio Sereno também apresentou uma
12 sugestão, para constar nas disposições finais do regimento, sobre sua validade estar
13 restrita ao período de contrato com a Ebserh. Opinião que foi aceita pelo
14 superintendente do HU, Conselheiro Dimas Carvalho, que concordou da proposição ser
15 inclusive colocada como último artigo, sugerindo, também, alteração no artigo trinta de
16 dois, parágrafo segundo. O Conselheiro Heronides Filho pediu a palavra e indagou
17 sobre a ausência de participação de representantes do Diretório Central dos Estudantes-
18 DCE e da Apes no Conselho Consultivo e sobre a alteração do artigo trinta de dois,
19 parágrafo segundo, não localizado no documento recebido quando da convocação. A
20 Conselheira Cristina Bezerra pediu a fala e esclareceu o equívoco apontado em sua
21 exposição, quando relatou que a minuta com as alterações propostas pela comissão de
22 acompanhamento havia sido distribuída para todos os conselheiros, uma vez que só foi
23 recebida pela parecerista. O Senhor Presidente retomou a palavra e corroborou a fala da
24 Conselheira Cristina Bezerra sobre o não recebimento do arquivo pelos conselheiros,
25 assim como pela Secretaria Geral, e, por isso, não ter sido realizada a sua socialização.
26 Indagou aos conselheiros sobre a possibilidade de continuidade da deliberação, visto
27 que o Conselheiro Dimas Carvalho ter realizado a leitura de todas as alterações
28 propostas. Os Conselheiros Dimas Carvalho e Cristina Bezerra responderam ao
29 questionamento do Conselheiro Heronides sobre a ausência de participação de
30 representantes do Diretório Central dos Estudantes-DCE e da Apes no Conselho
31 Consultivo. A seguir a vice-reitora, Girlene Alves pediu a palavra para fazer alguns
32 registros sobre o regimento do Hospital Universitário, no que tange a eleição direta da
33 direção de enfermagem. Solicitação que também foi aquiescida pelo Conselheiro Dimas
34 Carvalho. O Senhor Presidente questionou aos conselheiros sobre a continuidade da
35 deliberação, sendo solicitado pelo Conselheiro André Martins o envio da minuta final
36 antes da conclusão do procedimento, para uma maior segurança quanto ao texto a ser
37 aprovado. O Conselheiro Dimas Carvalho concordou com a sugestão. Sendo assim, a
38 proposição foi acatada pela mesa, que interrompeu as discussões para sua continuidade
39 após a finalização da minuta e seu posterior encaminhamento aos conselheiros. Passou-
40 se, dessa forma, para o próximo ponto de pauta, item **3.1 - Processo nº**
41 **23071.022411/2017-74 – Proposta de Regulamentação de Matrícula nos Cursos de**
42 **Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Parecer: Conselheiro Jorge**
43 **Felz.** O Senhor Presidente solicitou aos conselheiros autorização para a entrada e
44 participação de um dos membros da comissão para esclarecer eventuais dúvidas,
45 solicitação que foi aprovada por unanimidade. A seguir passou a palavra ao Conselheiro
46 Jorge Felz que realizou a leitura de seu parecer. Manifestou parecer favorável à
47 aprovação da proposta de regulamentação para matrícula nos cursos de graduação com
48 as ressalvas que foram apresentadas, por entender que a mesma busca adequação à
49 legislação vigente, bem como apresenta uma organização mais clara para os trâmites
50 internos dos processos administrativos referentes às matrículas. Em seguida, foi

1 concedida a palavra ao Conselheiro Cassiano Caon que realizou algumas ponderações e
2 esclarecimentos quanto às observações realizadas pelo parecerista. O Conselheiro
3 Ricardo Bonfante também fez algumas contribuições, solicitando uma adequação da
4 minuta com relação às indicações dos salários mínimos, quando citados. O Conselheiro
5 Marcos Freitas, que também participou da comissão que criou a proposta de
6 regulamentação de matrícula, pediu a palavra para fazer um registro e parabenizar os
7 trabalhos realizados. Após a concordância da comissão com as alterações propostas e
8 suas incorporações à minuta, o Senhor Presidente colocou em regime de votação a
9 minuta proposta que foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Marina Castro pediu
10 a fala para registrar a importância do trabalho da comissão e da decisão acertada da
11 UFJF em sua escolha, assim como enaltecer a qualidade dos profissionais da comissão,
12 que apresentaram um olhar claro para o processo de matrículas. Pontuou que a equipe
13 trabalhou com a ideia de dar transparência ao processo de informação sobre as
14 matrículas, se pautando em um dos principais motivos de indeferimento que é a
15 desinformação. A Seguir Conselheira Cristina Bezerra agradeceu a oportunidade da
16 participação da Faculdade de Serviço Social na comissão, que sempre busca a
17 ampliação e garantia de uma formação que permita uma maior inclusão de alunos no
18 ensino superior, visto sua importância para a sociedade. Em assuntos gerais e
19 comunicações o Senhor Presidente repassou o convite recebido pela administração
20 extensivo ao Conselho Superior, para a homenagem à Professora Cristina Bezerra, que
21 receberá a “Medalha Nelson Silva” da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Assinalou
22 que a Universidade tem um assento no conselho e fez a indicação da professora Cristina
23 Bezerra, asseverando o quanto é merecida a homenagem que acontecerá no dia 30 de
24 novembro. A Conselheira Cristina agradeceu a indicação revelando ser muito mais que
25 uma honra ser agraciada neste momento de resistência das Universidades. O
26 Conselheiro Wilhelm Freire solicitou ao Sintufejuf a possibilidade de liberação de um
27 transporte agendado para alguns alunos do curso de química que irão para um
28 congresso. Justificou que os alunos custearam as inscrições e a não liberação
29 inviabilizaria as participações. Falou também sobre o fechamento da biblioteca que tem
30 indisponibilizado a realização das monitorias que contam com o uso do espaço da
31 biblioteca. Solicitou assim a liberação do espaço para ofertar as monitorias, o que
32 ajudaria sobremaneira os alunos do ICE, agradecendo antecipadamente a atenção. A
33 Conselheira Aline Fonseca saudou a todos e falou sobre as dificuldades do curso de
34 Letras-libras da Faculdade de Letras da UFJF, que conta com poucos professores
35 inclusive em disciplinas obrigatórias, assinalando as dificuldades enfrentadas pelas
36 licenciaturas, que não tem sido ofertadas regularmente. O Senhor Presidente retomou
37 sobre os critérios do MEC para a locação das vagas, que levou em consideração cursos
38 novos pactuados e os processos de expansão não concluídos. Assinalou, ainda, que a
39 criação do curso de Letras-libras na UFJF foi realizada sem pactuação com o MEC, não
40 constando inclusive no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do
41 Ministério da Educação-SIMEC, sendo, porém, um assunto que terá que ser enfrentado
42 em breve. Em seguida, o Conselheiro André Martins pediu a palavra para convidar a
43 todos para a inauguração da sala Paulo Freire, evento da Faculdade de Educação que
44 ocorrerá no dia 21 de novembro, em resposta a uma proposta legislativa apresentada no
45 Senado que quer retirar o título de patrono da educação de Paulo Freire. Asseverou ser
46 uma forma de resistência à ideia. O Conselheiro Hélio Antônio realizou o seu
47 agradecimento à administração superior e a PROPLAN pelos recursos liberados para a
48 Faculdade de Engenharia. Informou que os alunos da equipe Rinobot foram campeões
49 da categoria Standard Platform League (SPL) na Competição Latino-Americana e
50 Brasileira de Robótica, disputa que aconteceu entre os dias 07 e 11 de novembro, na

1 cidade de Curitiba-PR e contou com participação de equipes de diferentes instituições
2 de ensino do país. O Conselheiro Flávio Sereno se inscreveu e respondendo à
3 solicitação do Conselheiro Wilhelm disse que verificará a possibilidade de uma agenda
4 com o comando de greve para discussão das demandas. Falou ainda sobre a requisição
5 feita à Administração Superior pelo comando de greve quanto à suspensão dos prazos
6 para as unidades encaminharem os seus processos de flexibilização e do Programa de
7 Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos em Educação-Proades, durante
8 o período de greve. A seguir o Conselheiro Cassiano Caon também pediu a palavra para
9 agradecer e falar sobre a II Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade que aconteceu
10 no *Campus* Juiz de Fora da UFJF, entre os dias 6 e 11 de novembro, abrangendo os
11 pilares da universidade: ensino, pesquisa, extensão e inovação. O Conselheiro Daniel
12 Godoy solicitou alguns esclarecimentos sobre a resolução acerca da Pós-Graduação
13 *Lato Sensu* e Formação Continuada não gratuitos da UFJF. A Conselheira Luana
14 Lombardi realizou um convite aos conselheiros para a manifestação do coletivo
15 feminino 8M (Movimento de Mulheres em Luta) que acontecerá na tarde de hoje, no
16 Parque Halfeld, em frente à Câmara Municipal, contra o texto da proposta de Emenda à
17 Constituição (PEC) 181, que põe em risco as formas de aborto atualmente permitidas no
18 Código Penal. Em seguida o Senhor Presidente falou sobre a pauta com o comando
19 geral de greve, explicitando as solicitações sobre a suspensão dos processos de
20 flexibilização e do controle eletrônico. Respondeu também sobre o questionamento
21 quanto aos encaminhamentos acerca da resolução da Pós-Graduação *Lato Sensu* e
22 Formação Continuada não gratuitos da UFJF. Finalizados os assuntos gerais e
23 comunicações do plenário, o Senhor Presidente, não havendo mais manifestações e nada
24 mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, secretariada por mim,
25 Rodrigo de Souza Filho, que, para constar, lavrei a presente ata que dato e assino.
26
27

28 Juiz de Fora, 16 de novembro de 2017.
29
30

31
32 **Rodrigo de Souza Filho**
33 **Secretário Geral**
34

35
36 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
37 **Reitor da UFJF**
38

39
40
41 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.

9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.